

# AGENDA BRASILEIRA

## TRIBUTAÇÃO

Ano 2, n. 3, 2021



## TRIBUTAÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO MODELO BRASILEIRO<sup>6</sup>

José Evande Carvalho Araújo  
Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva  
Marco Antônio Moreira de Oliveira  
Murilo Rodrigues da Cunha Soares

6 Este trabalho foi originalmente publicado em novembro de 2015 pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, sendo atualizado e adaptado para nova publicação em fevereiro de 2021.

## 1 Introdução

Um dos debates mais férteis na política e na técnica tributária é sobre a eficiência e a equidade na tributação da pessoa jurídica e seus sócios. A questão envolve decidir se os lucros da atividade empresarial serão tributados quando auferidos pela pessoa jurídica, quando distribuídos aos seus sócios, ou em ambos os casos.

Para uniformização de terminologia, consideramos que o lucro é o resultado positivo do exercício apurado pelas pessoas jurídicas. Após alguns ajustes previstos na legislação, o lucro sofre incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Parte desse resultado, correspondente ao lucro líquido disponível para distribuição, pode ser pago ou creditado aos sócios e acionistas da empresa na forma de dividendos ou lucros distribuídos<sup>7</sup>.

No que diz respeito à tributação de lucros e dividendos, a distribuição do ônus fiscal entre pessoa jurídica e seus sócios depende da ponderação de objetivos de política econômica e fiscal. Em uma visão integrada, o imposto de renda cobrado de uma pessoa jurídica é apenas um adiantamento da tributação de seus sócios, seja por razões financeiras, seja por razões regulatórias (AVI-YONAH, 2007, p. 18). A alocação da tributação na pessoa jurídica ou na pessoa física depende de considerações de política econômica e fiscal.

A tributação da pessoa jurídica, por exemplo, gera diversos problemas (SCHIZER, 2016, p. 1864-1975): incentivo à fuga de capitais; incentivo à alteração de domicílio das empresas; incentivo ao endividamento das empresas; *lock-in* corporativo; exacerbação das vantagens de escala das pessoas jurídicas no planejamento tributário; distribuição de custos tributários para acionistas, mas também para empregados e consumidores (*income shifting*); dificuldade em adaptar a carga tributária a circunstâncias pessoais dos sócios. Já a tributação dos sócios gera outra sorte de problemas (SCHIZER, 2016, p. 1.875-1.882): *lock-in* do acréscimo de valor das ações; retenção no pagamento de dividendos; manipulação de *pro-labore* ou salários de empregados e diretores que são também acionistas (*salary shifting*); não tributação de acionistas beneficiários de isenção; dificuldade na tributação de sócios não residentes; aumento do custo administrativo.

7 Dividendo é a distribuição de lucros efetuada por sociedades anônimas a seus acionistas. Lucro distribuído é a denominação usada para a distribuição efetuada pelas sociedades limitadas a seus cotistas.

Em contraponto, uma concentração maior na pessoa jurídica, por exemplo, tende a facilitar a administração e a fiscalização, enquanto a tributação dos lucros distribuídos à pessoa física favorece a progressividade e a justiça no sistema.

Na atualidade, o Brasil adota um sistema que concentra a tributação do lucro na pessoa jurídica, mediante isenção da distribuição desses lucros aos sócios. A Exposição de Motivos nº 325, de 1995, do Ministro de Estado da Fazenda, que acompanhou o Projeto de Lei nº 913, de 1995, o qual viria a ser a Lei nº 9.249, de 1995, quanto aos lucros e dividendos, aduzia o propósito de promover a integração entre a pessoa física e a jurídica, tributando-se os aludidos rendimentos exclusivamente na empresa e isentando-os no recebimento pelo beneficiário, com os objetivos de: (i) simplificar os controles fiscais e inibir a evasão; e (ii) estimular o investimento em atividades produtivas.

Essa decisão ainda hoje é alvo de debate, havendo uma série de projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados que visa alterar esse modelo. Medidas dessa natureza, em geral, apoiam-se em opções econômicas do poder tributante, com vistas a viabilizar ou concretizar estratégias de políticas públicas. Há momentos em que se pretende fomentar o investimento, atrair o capital, interno ou internacional, para a atividade produtiva; em outros, prefere-se reduzir os custos tributários, baratear a produção nacional; há também alternativas destinadas a simplificar a administração tributária, dar-lhe mais efetividade, reduzir os espaços do planejamento fiscal.

O impacto fiscal da incidência de tributação da renda sobre lucros e dividendos distribuídos seria bastante considerável. Utilizando-se dados informados pela Receita Federal do Brasil (RFB) quanto às Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) do exercício de 2019, ano-calendário 2018, verifica-se que foram informados R\$ 327,9 bilhões a título de lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas (tabela 21 do estudo da RFB) (BRASIL, 2019).

Usando a mesma hipótese de Castro (2014), com tributação exclusiva na fonte de 15% sobre os lucros e dividendos recebidos, chega-se a um aumento de arrecadação do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF) da ordem de R\$ 49,1 bilhões.

Contudo, analisando-se a tabela 10 do citado estudo da Receita Federal, é possível estimar que, caso os dividendos fossem submetidos à tabela de imposto de renda

como um rendimento qualquer, a alíquota efetiva seria bem próxima da alíquota marginal de 27,5%, o que levaria a uma arrecadação na ordem de R\$ 90,1 bilhões<sup>8</sup>.

De qualquer forma, o mais importante na análise desses números é perceber que se trata de uma fotografia do ano de 2018, quando os dividendos não eram tributados. Caso se instituísse a tributação de dividendos, certamente esse resultado não se repetiria, pois os contribuintes se organizariam de outra forma, buscando outras maneiras de se aproveitarem dos lucros apurados nas pessoas jurídicas, reduzindo, em muito, a distribuição na forma de dividendos.

Ademais, a tributação da renda está intrinsecamente ligada ao desempenho econômico nacional, ou seja, ao crescimento do Produto Interno Bruto. Em situações de crise econômica, é natural esperar uma redução da arrecadação. A inserção da tributação dos lucros e dividendos também pode ser considerada uma externalidade que tende a afetar o crescimento econômico de alguma forma e, assim, a própria arrecadação esperada.

É certo que a evolução legislativa posterior – imprevista e imprevisível no momento da elaboração da Lei nº 9.249, de 1995 – levou a uma ampliação substancial do alcance daquele benefício então cogitado. Essa ampliação passou a exercer influência inclusive sobre as opções do contribuinte pela forma de organização do seu negócio, com repercussões difíceis de avaliar sobre o volume da arrecadação do imposto. O caso mais evidente condiz com o descompasso entre o resultado efetivo da atividade empresarial e o lucro determinado pelas presunções legais, instituídas na legislação do Simples Nacional e do lucro presumido para simplificar a contabilidade das empresas e a fiscalização tributária.

Apoia-se nesse descompasso a crítica mais comum ao sistema de isenção total da distribuição de lucros ao sócio: a diferença de tratamento tributário entre a remuneração do trabalho (os salários) e do capital (os dividendos). Contrapõe-se a essa crítica a ideia de que a isenção estimula o investimento produtivo na criação de empresas e, em decorrência disso, o aumento da oferta de vagas de trabalho.

Na quadra difícil e delicada que ora atravessa o país, as exigências do equilíbrio orçamentário trazem de volta ao centro do debate alternativas para melhorar ou reforçar as receitas públicas. Entre essas alternativas, destaca-se a reavaliação dos

8 Estimou-se que 63% dos rendimentos isentos da tabela corresponderiam a dividendos (proporção do total de dividendos recebidos com relação ao total de rendimentos isentos informados naquela tabela), somou-se esse valor aos rendimentos tributáveis já declarados, e se apurou a arrecadação adicional com o uso da tabela de IRPF relativa ao ano de 2018.

critérios e objetivos que levaram à isenção outorgada, em 1995, aos rendimentos decorrentes da distribuição dos resultados da atividade empresarial.

No contexto do debate legislativo, o presente trabalho pretende contribuir para essa análise: primeiro, examinando o modelo vigente de tributação de lucros e dividendos no Brasil. Em seguida, comparando, por meio de uma perspectiva do sistema brasileiro em face dos adotados em outros países, os diversos modelos de tributação de lucros e dividendos.

Importa salientar que, na perspectiva comparada, este trabalho se resumirá a analisar a tributação direta da renda. A análise da tributação conjunta da renda, do consumo e da propriedade em relação aos lucros e dividendos poderia tornar-se excessivamente complexa e pouco esclarecedora.

A escolha dos sistemas tomados como paradigma de comparação procurou refletir a classificação teórica elaborada por Castro (2014). Essa classificação divide as variantes da tributação sobre dividendos em três modelos básicos: isenção completa, tributação integral (junto com os demais rendimentos de pessoa física) e sistemas mistos. Nada obstante, o esforço para se realizar uma comparação significativa e útil, como se haverá de perceber, defrontou-se todo o tempo com uma séria dificuldade, interposta pela complexidade e heterogeneidade das legislações sobre o tema, em cada um dos modelos analisados, repletos de variações, exceções e especificidades, mesmo dentro de cada jurisdição tributante. Assim como no Brasil, em geral os diversos fiscos nacionais preveem tratamentos diferenciados em função do montante total das bases de cálculo ou das condições socioeconômicas (ou da forma de organização jurídica) do contribuinte, entre outros aspectos e parâmetros.

Embora essa variedade torne árdua a tarefa de comparar resultados concretos e quantitativos de cada modelo, este trabalho se preocupa em possibilitar uma análise comparativa da carga tributária que cada país impõe à distribuição de lucros e dividendos.

O presente trabalho terá, portanto, cumprido seus objetivos se puder contribuir para o debate legislativo que se apresenta, traçando um panorama que auxilie os participantes desse debate a compreender as relações entre objetivos e meios na tributação de lucros e dividendos.

## 2 Regime atual da tributação de lucros e dividendos no Brasil

A aprovação da Lei nº 9.249, de 1995, estabeleceu a isenção na distribuição de lucros e dividendos vigente até o presente momento. E o fez de forma ampla. Desde o ano-calendário de 1996, estão desonerados os lucros e dividendos distribuídos a sócios ou acionistas, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliados ou não no Brasil, por pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado, ou integrantes do Simples Nacional.

Foi estabelecida ainda uma nova forma, tributada, de distribuição dos resultados da empresa a seus sócios: os juros sobre o capital próprio (JCP). Essa modalidade se sujeita ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%, imposto considerado: (i) antecipação do devido na declaração de rendimentos, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real; (ii) tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta.

A instituição dos JCP no Brasil, segundo a tendência internacional, visava equilibrar a rentabilidade dos investimentos por meio de empréstimos (*debt*) e capital (*equity*), bem como compensar o aumento da carga tributária decorrente da extinção da correção monetária dos balanços (AFONSO & LUKIC, 2015, p. 36-41).

No entanto, a tributação dos JCP deve ser vista em perspectiva com a correspondente dedução do valor pago na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da CSLL. Sopesada a cobrança do imposto na fonte com a redução da base de cálculo na apuração dos tributos incidentes sobre os lucros da empresa distribuidora, ao invés de oneração, as regras referentes ao JCP constituem-se na realidade num benefício fiscal<sup>9</sup>. Se os dividendos são isentos para o acionista, sua distribuição não dá direito de dedução para a empresa distribuidora. Já no pagamento de JCP, o acionista é tributado a 15%, mas a empresa, na margem, diminui seus tributos em 34% ao deduzir o valor pago da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Se for instituição financeira,

9 Essa afirmação não é livre de controvérsias. A se considerar que os JCP visam distribuir ônus fiscais entre débito e capital e compensar a extinção da correção monetária dos balanços, sua dedutibilidade decorreria diretamente do princípio da capacidade contributiva, não podendo ser, nesse aspecto, classificada como um benefício fiscal.

a redução é de 45%. Assim, o pagamento de JCP resulta em ganhos fiscais de 19% ou 30% do valor distribuído, respectivamente<sup>10</sup>.

A tabela 1 ilustra esse efeito:

Tabela 1

Tributação na pessoa jurídica (R\$)				
(1) Lucro	100,00	100,00	100,00	100,00
(2) Despesa de JCP	0,00	10,00	15,00	20,00
(3) Lucro tributável [(1) – (2)]	100,00	90,00	85,00	80,00
(4) IRPJ + adicional [25% de (3)]	25,00	22,50	21,25	20,00
(5) CSLL [9% de (3)]	9,00	8,10	7,65	7,20
(6) Tributação total sobre o lucro [(4)+(5)]	34,00	30,60	28,90	27,20
Tributação JCP na pessoa física (R\$)				
(7) JCP recebido	0,00	10,00	15,00	20,00
(8) IRRF [15% de (7)]	0,00	1,50	2,25	3,00
(9) Alíquota efetiva consolidada (%) [(6)+(8)]	34,0	32,1	31,2	30,2

Fonte: Elaboração própria.

Como se percebe, a alíquota efetiva do imposto de renda consolidado na pessoa jurídica e na pessoa física se reduz, à medida que crescem as despesas de juros com capital próprio.

É relevante ressaltar a erosão da base tributária do IRPJ e da CSLL em razão de diversas opções de dedutibilidade da base de cálculo e até mesmo do saldo do imposto devido.

Embora seja da essência do lucro real a busca de uma apuração mais refinada dos resultados da empresa, o fato é que a dedução de praticamente todas as despesas e custos necessários à manutenção do negócio, as várias adições e exclusões do lucro líquido permitidas pela legislação, o aproveitamento imprescritível de prejuízos fiscais, os efeitos fiscais decorrentes de reorganizações societárias (fusões, cisões

10 O cálculo pressupõe o pagamento do adicional do IRPJ de 10% e, no caso das instituições financeiras, a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019 (Reforma da Previdência), que elevou a CSLL delas cobrada para 20%.

e incorporações) depauperam a base tributável dos referidos tributos. A dedução do JCP é exemplo desse fenômeno, benefício que merece revisão haja vista a superação do temor quanto aos reflexos da extinção da correção monetária dos balanços contábeis.

A complexidade na formação da base de cálculo do IRPJ se reflete na elevada judicialização de questões tributárias afetas ao imposto. Atualmente, o contencioso judicial de IRPJ corresponde a 64% da arrecadação bruta de tributos federais (CANADO, 2020, p. 12).

Digna também de nota é a flexibilização das normas referentes aos rendimentos produzidos pelas empresas de menor porte (lucro presumido e Simples Nacional). Legislações anteriores fixavam patamares máximos bastante modestos de receita bruta para as empresas que optassem por esses regimes simplificados, vedando-os para uma série de atividades empresariais.

Na primeira lei da microempresa (ME) (Estatuto da Microempresa - Lei nº 7.256, de 1984), por exemplo, a receita bruta máxima era de 10.000 OTN, calculada pela OTN de janeiro do ano-base. Então, para o ano-base de 1985, apenas pessoas jurídicas com faturamento inferior a CR\$ 244.320.600,00 poderiam optar pelo regime especial, valor equivalente em 2020 a algo como R\$ 328.152,74. A segunda lei referente ao assunto (Lei nº 8.864, de 1994) acresceu as empresas de pequeno porte (EPP) ao regime. O limite para as ME passou para 250.000 UFIR e o das EPP foi fixado em 700.000 UFIR. Transformando esses valores pela UFIR média de 1995, os limites seriam de R\$ 183.400,00 e R\$ 513.520,00, equivalentes em 2020 a R\$ 832.429,53 e R\$ 2.330.802,68, respectivamente. A Lei Complementar nº 123, de 2006, que estabeleceu o Simples Nacional, tem como limites os valores de R\$ 360.000,00 e R\$ 4.800.000,00<sup>11</sup>.

Como se vê, houve expressivo aumento real da receita bruta máxima admitida no regime especial de tributação para os pequenos e médios empreendimentos, da ordem de 106%, o que foi acompanhado pela ampliação dos setores nele admitidos.

De fato, no passado, o aproveitamento do regime era vedado para empresas que: importassem produtos estrangeiros, salvo se situadas em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental; realizassem compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis; armazenassem ou depositassem produtos de terceiros; operassem com câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores

11 Atualização de valores feita com base no IPCA pela Calculadora do Cidadão, do Banco Central.



mobiliários; prestassem serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, despachante e outros serviços que se lhes possam assemelhar, dentre outras restrições.<sup>12</sup>

Atualmente, o Simples Nacional acolhe, por exemplo: escritórios de serviços contábeis; consultórios de fisioterapia; corretagem de seguros; serviços advocatícios; serviços de prótese em geral; medicina; odontologia; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite; serviços de tradução e interpretação; arquitetura, engenharia, design, desenho e agronomia; auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração; jornalismo e publicidade; além de outras atividades decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, atividades que outrora eram alcançadas pela sistemática de tributação das sociedades civis de profissão regulamentada, revogada desde 1996.

Situação análoga ocorreu com o regime de apuração do imposto de renda pelo lucro presumido. Por exemplo, em 1985, ele era aplicável às empresas com receita bruta anual não superior a 100.000 OTN (dez vezes o limite de receita bruta para as microempresas), calculada com base no valor da OTN de janeiro do ano-base. Para o referido ano-base, o limite máximo era de Cz\$ 2.443.206.000,00 que equivalem a R\$ 3.281.527,38 em 2020. Atualmente, a receita bruta máxima anual do regime do lucro presumido é de R\$ 78.000.000,00.

O lucro presumido naquele ano-base era restrito exclusivamente às pessoas jurídicas cuja receita operacional proviesse: (i) da venda de produtos de sua fabricação ou de mercadorias adquiridas para revenda; (ii) da industrialização de produtos em que a matéria-prima, o produto intermediário e o material de embalagem tivessem sido fornecidos por quem havia encomendado a industrialização. Admitia-se ainda o recebimento de receitas de prestação de serviços, desde que houvesse preponderância das receitas das atividades industriais e comerciais (mais de 50% da receita total)<sup>13</sup>.

Em contraponto, na atualidade, a opção pelo lucro presumido está disponível a praticamente todas as atividades econômicas. Em termos setoriais, apenas instituições financeiras e empresas de *factoring* estão obrigadas a apurar o imposto pelo lucro real.

12 Legislação aplicável em 1988: Lei nº 7.256, de 1984.

13 Legislação aplicável em 1988: Decreto-lei nº 1.706, de 1979.

Dessa forma, lembrando que o lucro comercial não se confunde com o lucro fiscal, sendo, portanto, possível distribuir dividendos isentos com base em resultados não oferecidos à tributação do IRPJ/CSLL e que ocorre a mesma situação no caso do lucro presumido, arbitrado ou Simples Nacional, bastando à empresa elaborar balanço que demonstre a existência de lucro comercial excedente no exercício<sup>14</sup>, fica claro que a legislação tributária brasileira em vigor concede substancial desoneração fiscal à distribuição de resultados das empresas a seus sócios e acionistas e não garante que o rendimento distribuído tenha sido tributado pelo IRPJ/CSLL.

A tabela 2 ilustra esse fenômeno:

Tabela 2

Tributação da PJ - Lucro presumido x lucro real (R\$)				
(1) Receita	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
(2) Margem de lucro	10	15	20	25
(3) Lucro efetivo	100.000	150.000	200.000	250.000
(4) IRPJ sobre lucro efetivo [15% de (3)]	15.000	22.500	30.000	37.500
(5) Adicional IRPJ lucro efetivo {10% de [(3)-20.000]}	8.000	13.000	18.000	23.000
(6) CSLL lucro efetivo [9% de (3)]	9.000	13.500	18.000	22.500
(7) Tributação total sobre lucro efetivo [(4)+(5)+(6)]	32.000	49.000	66.000	83.000
(8) Alíquota efetiva no lucro real (%) [(7)÷(3)]	32,0	32,7	33,0	33,2
(9) Lucro presumido [8% de (1)]	80.000	80.000	80.000	80.000
(10) IRPJ lucro presumido [15% de (9)]	12.000	12.000	12.000	12.000
(11) Adicional IRPJ lucro presumido {10% de [(9)-20.000]}	6.000	6.000	6.000	6.000
(12) CSLL lucro presumido [9% de (9)]	7.200	7.200	7.200	7.200
(13) Tributação total sobre o lucro presumido [(10)+(11)+(12)]	25.200	25.200	25.200	25.200
(14) Alíquota efetiva no lucro presumido (%) [(13)÷(9)]	25,2	16,8	12,60	10,1

Fonte: Elaboração própria.

14 Ato Declaratório Normativo Cosit nº 4, de 1996 e art. 14 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

É fácil perceber, da análise da tabela acima, como a diferença entre a margem de lucro real dos negócios e a margem presumida de 8% podem gerar um benefício tributário oculto em favor da empresa (e de seus sócios), que será tanto maior quanto maior for essa diferença.

A única exceção digna de registro é a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada e coligada, direta ou indireta, domiciliada no exterior equivalente aos lucros auferidos. Trata-se de tributação implantada pela Lei nº 12.973, de 2014, que obriga a investidora domiciliada no país a reconhecer a referida parcela na apuração do IRPJ e da CSLL. No caso de controladas ou coligadas equiparadas a controladas, nos termos das condições estabelecidas na legislação, o reconhecimento ocorre na formação do lucro pela investida; no caso de coligadas, o reconhecimento ocorre no ano-calendário em que forem disponibilizados para a investidora no Brasil<sup>1</sup>.

### **3 Sistemas comparados de tributação de lucros e dividendos**

A par do sistema brasileiro de tributação de lucros e dividendos, torna-se possível o exame de experiências da legislação tributária comparada.

Em alguns sistemas, os lucros e dividendos são tributados como resultado da pessoa jurídica, e a cobrança de imposto na distribuição ao sócio ou acionista é evitada, tratada como se fosse uma bitributação de rendimentos. Em outros, trata-se de rendimentos distintos, que podem ser tributados tanto na pessoa jurídica, quanto na pessoa física do sócio ou acionista, como um rendimento do capital igual a outro qualquer.

Além das duas posições extremas, muitos países adotam um modelo intermediário, entendendo que os lucros e dividendos também devem ser tributados na

1 Na realidade, a Lei nº 12.973, de 2014, consolida, de certa forma, o deslinde do contencioso judicial que envolve o art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, após a decisão do STF na ADI nº 2.588. De acordo com a nova sistemática de cobrança, aplicam-se aos resultados das controladas e coligadas no exterior regras especiais que abrangem deduções e diferimentos do pagamento dos tributos devidos, além de conceitos estabelecidos na legislação sobre paraísos fiscais e preços de transferência. Trata-se de mecanismo que complementa a apuração de resultados de participação societária pelo método da equivalência patrimonial, que não produz efeitos fiscais para a investidora. O detalhamento da referida legislação foge ao escopo deste trabalho.

distribuição aos sócios e acionistas, mas elaborando técnicas que evitem, ou ao menos minorem, essa sobreposição de incidências.

Esse grupo de países concede algum tipo de redução no cálculo do tributo na pessoa física, que se pode dar pela tributação de apenas parte dos dividendos, pela adoção de uma alíquota inferior àquela aplicável aos demais rendimentos do capital, ou então pela concessão de um crédito equivalente à totalidade ou a parte do imposto pago pela pessoa jurídica.

Utilizando-se da sistematização de Castro (2014), é possível distinguir os seguintes sistemas de tributação de dividendos: (i) isenção; (ii) sistema clássico; (iii) sistemas intermediários, que são o clássico modificado, a inclusão parcial, a imputação plena e a imputação parcial.

### **3.1 Sistema de isenção**

No sistema de isenção, os dividendos recebidos pelos acionistas são isentos de tributação. Segundo Carroll e Prante (2012), além do Brasil, somente a Estônia e a Eslováquia adotavam esse modelo.

A Eslováquia passou a taxar exclusivamente na fonte os dividendos distribuídos com base em lucros apurados a partir de 2017, à alíquota de 7% (PWC, 2020c). Passou, então, a fazer parte do grupo de países que adotam o sistema clássico, tratado na seção seguinte.

A Estônia, por sua vez, é um caso peculiar de isenção. Na realidade, os resultados da empresa não sofrem tributação até a distribuição dos lucros a seus acionistas. Nesse momento, se aplica a tributação de 20% (na realidade 25%, pois o imposto é cobrado na base de 20/80), tributo a ser recolhido pela pessoa jurídica, sendo o rendimento isento para a pessoa física beneficiária. A partir de 2018, entrou em vigor a alíquota reduzida de 14% (na realidade 16,28%, pois cobrado na base de 14/86), aplicável a casos em que a empresa realiza distribuições regulares de lucros, hipótese em que ocorre retenção na fonte de 7% se o acionista é residente no país ou domiciliado no exterior, alíquota que pode ser reduzida se houver acordo de bitributação com o país de residência do beneficiário (PWC, 2020a).

### 3.2 Sistema clássico

O chamado sistema clássico pressupõe a tributação dos rendimentos provenientes de dividendos como renda do capital do sócio ou acionista, cumulada com a cobrança do imposto sobre o resultado da empresa. Adotam esse modelo países como Alemanha, Bélgica e Suécia.

Na Alemanha, a pessoa jurídica é tributada pelo *Körperschaftsteuer*, cuja alíquota padrão é de 15%. A tributação ocorre em bases universais, sujeita a tratados para evitar a dupla tributação. Também existe possibilidade de compensação de imposto pago em outros países. Empresas não sediadas no país são tributadas apenas em relação aos ganhos auferidos nele.

Ainda incidem sobre o lucro da empresa outros tributos, como a contribuição de solidariedade (*Solidaritätszuschlag*), à alíquota de 5,5% do valor devido a título de *Körperschaftsteuer*, e o imposto sobre comércio (*Gewerbesteuer*), de competência municipal, cuja alíquota varia entre 7 e 17%. No âmbito da pessoa jurídica, a tributação dos lucros da Alemanha varia entre 22,8% e 32,8%.

Para a pessoa física, o imposto de renda (*Einkommensteuer*) é devido sobre a distribuição de lucros e dividendos de forma retida na fonte à alíquota de 25% e, com a contribuição de solidariedade, alcança 26,375%. A retenção é definitiva, salvo no caso de não residentes de países com tratado de não bitributação. A alíquota efetiva, considerada a tributação tanto no âmbito da pessoa física quanto da jurídica varia entre 43,17% e 50,53%<sup>2</sup>.

A Bélgica, outro exemplo do sistema clássico, é notável pela adoção dos chamados juros fictos (*déduction des intérêts notionnels*), um mecanismo semelhante aos JCP brasileiros. Por esse mecanismo, há a possibilidade de dedução, como despesa, de valor obtido pela aplicação de uma taxa de juros padrão (1,63%, em 2015<sup>3</sup>) sobre o montante do patrimônio líquido. O objetivo é equilibrar a tributação entre as empresas financiadas preferencialmente com recursos próprios e as que se utilizam de empréstimos de terceiros, aumentando o retorno para o sócio<sup>4</sup>. Nesse ponto, trata-se

2 A variação decorre da incidência do imposto sobre o comércio (*Gewerbesteuer*), que tem alíquotas entre 7% e 17%.

3 As pequenas empresas fazem jus a uma taxa de juros fictos de 2,13%.

4 Apesar das semelhanças, os juros fictos belgas também funcionam como incentivos fiscais para a substituição do regime de centros de coordenação, que era um regime especial para empresas estrangeiras que tivessem estabelecimentos na Bélgica. Como esse regime foi questionado perante a Corte

de rubrica muito semelhante aos juros sobre capital próprio previstos na legislação brasileira.

A possibilidade de dedução de juros fictos pode reduzir a alíquota efetiva do imposto de renda da pessoa jurídica na Bélgica de 33,99% para até 25%. A alíquota efetiva da tributação de dividendos considerada também a tributação da pessoa física é em torno de 50,3%.

### 3.3 Sistemas intermediários

Os chamados sistemas intermediários consistem em variações do sistema clássico que visam minorar efeitos adversos de dupla tributação econômica sobre os lucros. Classificam-se em sistema clássico modificado, sistema de inclusão parcial, sistema de imputação plena e sistema de imputação parcial.

#### 3.3.1 Sistema clássico modificado

No sistema clássico modificado, adotado por países como Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, Japão, Polônia e Portugal, o dividendo é tributado na pessoa física a uma alíquota menor do que a aplicada a outros rendimentos do capital.

Nos EUA, o imposto sobre a renda das corporações<sup>5</sup> (*corporate income tax*) é classificado como um imposto sobre o lucro, o qual consiste, em geral, na renda total deduzida do custo associado para gerar a aludida renda (KEIGHTLEY e SHERLOCK, 2014, p. 2). Algumas formas de gastos podem ser deduzidas da renda total, como compensação a empregados, depreciação de máquinas, suprimentos e materiais, propaganda e pagamentos de juros. Há diversas formas de deduções e créditos tributários passíveis de compor essa equação.

A alíquota máxima do imposto corporativo americano, que classicamente alcançava uma alíquota marginal de 35%, foi reduzida para uma única de 21% (*flat tax*)

de Justiça Europeia, a Bélgica precisou criar o regime de juros fictos para manter o nível de tributação das empresas estrangeiras com estabelecimentos no país (MALHERBE & VETTORI, 2010).

- 5 Nem todas as empresas têm o lucro tributado na pessoa jurídica nos EUA. As *Solo Proprietorships*, as *Partnerships* e as *S Corporations* têm o lucro tributado diretamente na pessoa dos sócios, em um sistema *pass through* (KEIGHTLEY, 2013, p. 3-8). As empresas tributadas como pessoas jurídicas são denominadas *C Corporations*. Há as sociedades limitadas (*Limited Liability Companies - LLC*), que podem adotar o regime tributário das *C Corporations* ou das *Partnerships*.

durante o governo Trump. A reforma do governo republicano também eliminou a necessidade de pagamento mínimo (*alternate minumun tax*) e reduziu as alíquotas do imposto de renda da pessoa física (*personal income tax*) (REPUBLICAN PARTY, 2014, p. 9 e 27-29). Essa redução para a pessoa física é progressiva até o ano de 2025. Em 2021, as alíquotas variam entre 12% e 35% (EUA, 2021).

Os dividendos são tributados pela pessoa física de forma definitiva em relação aos demais rendimentos. A qualificação como sistema clássico modificado decorre do fato de as alíquotas incidentes sobre a percepção de dividendos serem inferiores àquelas impostas aos demais rendimentos das pessoas físicas, quando se qualificam para usufruir das alíquotas reduzidas para rendimentos de capital (*qualified dividends*). As incidências são fixadas progressivamente em três faixas, entre 0%, 15% e 20%, a depender da alíquota do imposto de renda do contribuinte para a integralidade dos rendimentos do contribuinte. Os dividendos comuns (*ordinary dividends*) sujeitam-se à tributação da tabela progressiva anual.

Observe-se que, nos EUA, diversos estados e municípios também tributam os rendimentos das pessoas físicas e das empresas, pelo que podem se considerar percentuais superiores de tributação. Somadas as alíquotas marginais da tributação federal e a média ponderada da tributação estadual dos lucros, observa-se uma tributação de aproximadamente 47,47%.

### 3.3.2 Sistema de inclusão parcial

Outro sistema considerado intermediário é o de inclusão parcial, no qual apenas parte dos dividendos é tributada no acionista. Finlândia, França e Turquia adotam esse modelo.

Na França, o lucro das pessoas jurídicas é tributado pelo imposto de renda das pessoas jurídicas, o *Impôt sur les Sociétés* (IS), e por diversas contribuições sociais. A alíquota normal do IS a ser aplicada sobre o lucro tributável é de 33,1/3% (art. 219 do *Code Général des Impôts* – CGI). Quem receber os lucros distribuídos sofrerá nova tributação desses valores, que será diferente caso o beneficiário da distribuição seja outra pessoa jurídica ou uma pessoa física.

Se o beneficiário dos lucros ou dividendos for uma pessoa jurídica, esses valores serão nela tributados como uma receita normal (IS de 33,1/3%, e contribuição social de 3,3%)<sup>6</sup>.

Se o beneficiário dos lucros ou dividendos for uma pessoa física, 60% desse valor será submetido à tributação do imposto de renda das pessoas físicas francês, o *Impôt sur le Revenu* (IR), como um rendimento qualquer. Isso demonstra que se o beneficiário dos lucros for uma pessoa física, a tributação dos dividendos na França se submete ao sistema de imputação parcial. As alíquotas do imposto de renda francês são progressivas, de 14%, 30%, 41% e 45%.

Até 2012, a pessoa física podia optar por uma tributação na fonte definitiva de 21%, o que era vantajoso apenas para os contribuintes de renda muito alta.

Contudo, após 2013, deixou de existir essa opção. A retenção na fonte de 21% continuou obrigatória, mas apenas como antecipação do imposto devido na declaração de ajuste anual, e passível de restituição caso o valor retido for maior que o apurado. A retenção não precisa ser feita quando a pessoa física tiver recebido, no penúltimo ano, menos de 50.000 euros, como contribuinte individual, ou 75.000 euros, como casal (art. 117 quater do CGI).

Dessa forma, supondo-se que o lucro seja distribuído na forma de dividendos a uma pessoa física com alíquota marginal de 45% do IR e de 4% da contribuição social excepcional, conclui-se que estes sofrerão uma tributação total de 44,21%. Considerada a tributação no âmbito da pessoa jurídica, os lucros serão tributados globalmente a uma alíquota aproximada de 53,58%.

### **3.3.3 Sistema de imputação plena**

Já no sistema de imputação plena, adotado por países como Austrália, Canadá, Chile, México e Nova Zelândia, o acionista recebe um crédito equivalente ao total do imposto pago pela pessoa jurídica em relação ao dividendo recebido.

No Chile, a tributação da renda de uma pessoa, natural ou jurídica, que explore bem ou desenvolva atividade econômica se assemelha ao Imposto sobre Renda da Pessoa Jurídica brasileiro, correspondendo a base de cálculo à renda líquida da

6 Como exceção, existe a previsão do regime especial de sociedade mãe, que impede a tributação dos dividendos quando a empresa beneficiária detiver pelo menos 5% das ações da distribuidora (art. 216 do CGI).



atividade (permitida a dedução das despesas exigidas pela atividade e exigidos ajustes contábeis especificados<sup>7</sup>). Sobre essa renda incidirá o denominado *Impuesto de Primera Categoría* – IPC.

As pessoas físicas são tributadas pelo *Impuesto Global Complementario* – IGC e pelo *Impuesto Adicional a la Renta* – IA<sup>8</sup>. O IGC é apurado e recolhido pelas pessoas naturais domiciliadas no Chile. Semelhantemente à Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda - Pessoa Física (DIRPF) existente no Brasil, o IGC é calculado anualmente e segue alíquotas progressivas por faixa de renda, que vão de 0% a 35%. Para tanto, consideram-se as fontes de renda de forma ampla (salários, honorários, dividendos, etc)<sup>9</sup>. Já o IA incide sobre as rendas repassadas às pessoas naturais que não residam ou não tenham domicílio no país, ou às pessoas jurídicas constituídas fora do país. Sua alíquota padrão é de 35%.

Em virtude da recente reforma da legislação tributária enfrentada pelo Chile, os contribuintes do IPC passam a poder optar entre dois distintos sistemas de tributação, com direta repercussão na tributação dos dividendos: *Régimen de Renta Atribuida* (Imputação Total de Créditos aos Impostos Finais) – RRA; *Régimen Parcialmente Integrado* (Imputação Parcial dos Créditos aos Impostos Finais) – RPI.

A tributação do lucro da empresa optante pelo RRA se dá pela aplicação da alíquota de 25% sobre o lucro devidamente ajustado<sup>10</sup>. Nesse regime, os sócios e acionistas têm direito à quantidade total paga pela empresa a título de IPC como créditos em seus respectivos IGC ou IA, a depender de o contribuinte ser domiciliado ou não no Chile.

Para as empresas optantes pelo RPI, a alíquota do IPC é de 27%. Nesse regime alternativo, o crédito imputado ao IGC e IA deverá ser de 100% do dispendido pela empresa com seu IPC, devendo a pessoa física que tiver imputado o crédito devolver

7 A delimitação da renda tributável pelo *Impuesto de Primera Categoría* está disposta nos arts. 30 a 32 da Lei Sobre Imposto de Renda (LIR).

8 Serão abordados nesta seção os principais e mais gerais impostos incidentes sobre a renda, não se mostrando pertinentes impostos incidentes sobre operações muito específicas, como o incidente sobre prêmios de loteria (art. 20 n° 6 da Lei Sobre Imposto de Renda (LIR) – art. 1° do Decreto Ley 824, de 1974 –, disponível em <http://www.leychile.cl/N?i=6368&f=2015-02-14&p=>, (acesso em: 23 jul. 2015), ou o incidente sobre pequenos contribuintes (art. 22 da LIR – pescadores artesanais, pequenos comerciantes de rua, etc.).

9 A alíquota máxima de 35% para o IGC iniciou-se em 2018. Após esse ano, a alíquota de 40% permanece apenas para ocupantes de alguns cargos públicos, como presidente da República e parlamentares.

10 Alíquota aplicável a partir do ano-calendário de 2017.

35% deste – o que, na prática, confere um crédito de 65% sobre o gasto com o IPC. Essa devolução será feita no momento de apuração do IGC, constituindo débito fiscal do contribuinte imputante. Embora descrito nesta seção, o regime chileno pelo RPI assemelha-se ao sistema de imputação parcial, que será descrito na seção seguinte.

Em relação ao IA, para os casos em que exista tratado internacional para evitar a bitributação, não será devida a restituição de 35% do crédito imputado, o que significa a imputação total do crédito e a tributação efetiva padrão de 35% (assim como ocorre no regime anteriormente exposto).

A alíquota média de tributação de lucros no Chile é de 40%, segundo a OCDE.

### 3.3.4 Sistema de imputação parcial

Pelo sistema de imputação parcial, o acionista recebe um crédito equivalente a uma parte do imposto pago pela pessoa jurídica em relação ao dividendo recebido. A Coreia do Sul e o Reino Unido adotam esse modelo.

No Reino Unido, há a tributação do lucro das pessoas jurídicas pelo *Corporate Tax*, devido por companhias sediadas no Reino Unido, empresas públicas e sociedades de pessoas (*unincorporated associations*). Empresas sem sede no país pagam imposto apenas sobre os lucros nele auferidos (ADAM, BROWNE e HEADY, 2010, p. 70).

Integram a base de cálculo do imposto receitas do comércio, investimento e ganhos de capital. São permitidas várias deduções relativas a gastos correntes (salários, matéria-prima e pagamento de juros), mas não são admitidas dedução de gastos de capital. A sistemática aplicável para esses bens é de dedução de perdas por depreciação. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de tecnologia (*Research & Development – R&D*) são dedutíveis em sua integralidade. Os prejuízos fiscais podem ser apurados pelo período de um ano e compensados com lucros desse período ou mantidos indefinidamente.

A alíquota ordinária do *Corporate Tax* era de 19% no ano-calendário de 2020 (PWC, 2020b). Há um regime especial de tributação para empresas petrolíferas, o qual comporta alíquotas que variam de 19% a 30%.

A tabela de incidência do imposto de renda das pessoas físicas envolve três alíquotas: 20% (Básica, de £ 12.501,00 até £ 50.000,00), 40% (Superior, de £ 50.001,00 até £ 150.000,00) e 45% (Adicional, acima de £ 150.000,00). Os dividendos são tributados isoladamente, sendo o contribuinte enquadrado de acordo com as faixas de incidência aplicáveis à totalidade dos seus rendimentos. O imposto sobre dividendos incide à

alíquota de 7,5%, na faixa de tributação Básica da tabela de incidência, à de 32,5% na Superior e à de 38,1% na Adicional (UK GOVERNMENT, 2020). O que torna esse sistema um exemplo de imputação parcial é a possibilidade de compensação de créditos tributários decorrentes do pagamento do *Corporate Tax* pela empresa distribuidora de lucros (DEVEROUX; LORETZ, 2011, p. 11). Essa compensação é de 10%, o que pode levar à completa desoneração na faixa Básica e a alíquotas efetivas na ordem de 28% nas faixas Superior e Adicional.

Com efeito, a tributação total sobre dividendos pode ser consolidada em alíquotas efetivas entre 38% e 42%, já considerado o crédito decorrente do *Corporate Tax*. A OCDE calcula que a tributação média é de 49,9% no Reino Unido.

## 4 Conclusões

O presente trabalho teve o objetivo de traçar um panorama dos diversos modelos de tributação dos lucros e dividendos no mundo, situando o modelo brasileiro nesse panorama.

De um ponto de vista puramente quantitativo, parece cabível a afirmação de que, em comparação com os países investigados no presente trabalho, a tributação do lucro no Brasil é pequena. Considerando-se a soma do IRPJ e seu adicional com o montante devido a título de CSLL, além da isenção oferecida à distribuição dos lucros para pessoa física, a alíquota efetiva total não passa dos 34% e, conforme visto, pode ser substancialmente reduzida no caso de dedução de JCP. As economias desenvolvidas tendem a tributar os dividendos a alíquotas efetivas superiores a 40%. Mesmo economias latino-americanas como Chile e México (OECD, 2020) seguem esse padrão.

A opção pela tributação dos lucros no âmbito da empresa ou no sócio considera vantagens e desvantagens econômicas e fiscais. A maioria dos sistemas comparados tributa de alguma maneira tanto a empresa quanto o sócio de forma a balancear os efeitos fiscais. O modelo brasileiro, que tributa exclusivamente a pessoa jurídica, tem caído em desuso, uma vez que exacerba as dificuldades e as limitações da incidência exclusiva na empresa. A Eslováquia abandonou o modelo em 2017, restando a adoção da política de completa isenção apenas no Brasil e na Estônia.

As desvantagens do modelo de isenção ficam claras à luz da complexidade da formação da base de cálculo do IRPJ/CSLL, que permite uma série de planejamentos fiscais que tendem a erodir as bases tributáveis. Não há garantias de que o lucro

distribuído com isenção tenha sido alcançado de maneira adequada pelos tributos devidos pela empresa. Junte-se a isso o exacerbado contencioso judicial em torno desses tributos e chega-se à seguinte conclusão: em que pese um dos objetivos da Lei nº 9.249, de 1995, ter sido a simplificação do imposto de renda, não parece que foi alcançado em plenitude.

É certo que o lucro fiscal nem sempre reflete de forma exata o lucro comercial. Mas o regime do lucro real, ao permitir a fruição de uma série de benefícios fiscais e dar margem ao aproveitamento de lacunas da legislação, e os regimes do Simples Nacional e do lucro presumido, ao prefixarem margens de lucro nem sempre realistas, favorecem o subdimensionamento do lucro oferecido à tributação na empresa, e a isenção concedida à distribuição desses resultados aos sócios impede a recuperação, na pessoa física, dessa base de incidência. A alíquota efetiva aqui observada, em comparação com aquela dos modelos tributários comparados, é reduzida, o que evidencia grande parcela de lucros subtributados.

O Simples Nacional e o lucro presumido tendem a ser compreendidos não só como um sistema de simplificação de obrigações tributárias, mas também como um incentivo ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Assim, o lucro subdimensionado nesse caso poderia também ser entendido como um incentivo fiscal, fato que deve ser considerado no debate sobre eventual reoneração da distribuição de lucros.

Os modelos adotados nos países analisados neste trabalho, porém, evitam ou reduzem o impacto de distorções como essa com a tributação dos resultados das empresas tanto da pessoa jurídica quanto na distribuição aos sócios. O sistema chileno, por exemplo, tributa a distribuição de lucros e dividendos, ao mesmo tempo em que permite a imputação do imposto pago pela pessoa jurídica à pessoa física do sócio, para compensar o imposto por este devido. Já os modelos adotados para tributação do lucro das sociedades de pessoas nos EUA (*S corporations* e *Partnerships*) e na Alemanha elegem diretamente os rendimentos dos sócios, não havendo tributação da pessoa jurídica (o que se denomina *pass through*).

O que parece difícil de justificar no modelo brasileiro, mesmo à luz dos princípios da simplificação de procedimentos e da desoneração de custos administrativos, é a abdicação de fatia substancial da base tributária do imposto de renda. A estruturação de políticas de incentivo econômico com base em desoneração de tributos tem-se mostrado instrumento importante e, em alguns casos, eficaz. Em regimes

democráticos, no entanto, a legitimidade de escolhas como essa depende da clareza das regras e das informações quanto aos reais impactos sobre a arrecadação.

À luz da severa crise fiscal que enfrenta o Brasil, parece inescapável a rediscussão da tributação de lucros e dividendos. Em caso de reoneração da sua distribuição, a experiência internacional, como visto, tende para a adoção de um sistema de integração, seja o modelo clássico, seja um modelo intermediário que permita imputação total ou parcial do tributo pago pela empresa. Não se descarta, inclusive, a concepção de novo regime em que a tributação média do lucro apurado pela empresa juntamente com o dividendo distribuído ao acionista não se afaste demais da atualmente em vigor. Tal linha preconiza a redução do IRPJ/CSLL, ao mesmo tempo que alcança lucros explicitamente subtributados nos regimes do Simples Nacional e do lucro presumido e lucros implicitamente corroídos na apuração pelo lucro real. O inconveniente dessa solução de neutralidade arrecadatória seria a manutenção da carga tributária nacional fortemente centrada nos tributos sobre o consumo, escapando do escopo deste trabalho, entretanto, cuidar deste importante tema.

Na Câmara dos Deputados, há uma série de projetos de lei que tratam da matéria. Importa salientar a recente proposta do governo federal, anunciada como uma etapa da reforma tributária, na qual se busca uma ampla reforma do IRPJ e IRPF, hipótese em que não se poderá prescindir do aprofundamento do debate sobre o modelo brasileiro de isenção tributária da distribuição de lucros e dividendos.

## Referências

ADAM, S.; BROWNE, J.; HEADY, C. Taxation in the U.K. In: **Dimensions of Tax Design**: The Mirrlees Review. Londres: Oxford University Press, 2010.

AFONSO, José Roberto; LUKIC, Melina R. **Tributação da renda das pessoas jurídicas no Brasil e Juros sobre Capital Próprio**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

AVI-YONAH, Reuven. Pessoas Jurídicas, Sociedade e o Estado: uma Defesa do Imposto das Pessoas Jurídicas. **Revista Direito Tributário Atual**, v. 21, 2007, p. 12-60.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Grandes Números IRPF** – Ano Calendário 2018 – Exercício 2019. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-irpf-2018-2019-completo-1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CANADO, Vanessa (org.). **Contencioso tributário no Brasil** – Relatório 2020, ano de referência 2019. São Paulo: Insper, 2020.

CAROLL, Robert; PRANTE, Gerald. **Corporate dividend and capital gains taxation: A comparison of the United States to other developed nations**. New York: Ernst & Young, 2012.

CASTRO, Fábio Avila de. **Imposto de Renda da Pessoa Física: Comparações Internacionais, Medidas de Progressividade e Redistribuição**. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Brasília, 2014.

DEVEROUX, Michael P.; LORETZ, Simon. **Corporate tax in the United Kingdom**. Londres: Oxford University Centre for Business Taxation, 2011.

EUA. Internal Revenue Service. **IRS provides tax inflation adjustments for tax year 2021**. Disponível em: <https://www.irs.gov/newsroom/irs-provides-tax-inflation-adjustments-for-tax-year-2021>. Acesso em: 31 jan. 2021.

KEIGHTLEY, Mark P. **A brief overview of business types and their tax treatment**. Washington: Congressional Research Service, 2013.

KEIGHTLEY, Mark P.; SHERLOCK, Molly F. **The corporate income tax system - overview and options for reform**. Washington: Congressional Research Service, 2014.

MALHERBE, Jacques; VETTORI, Gustavo G. Deduction interest on equity capital: Brazilian and Belgian tax rules compared. **European Tax Studies**, v. 1, mar. 2010, pp. 1-38.

OECD. **Table II.4. Overall Statutory Tax Rates on Dividend Income**. Paris: OECD, 2020. Disponível em [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE\\_II4](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE_II4). Acesso em: 10 fev. 2021.

PRICE WATERHOUSE (PWC). **Taxes on Corporate Income – Estonia**. London: PWC, 2020a. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/estonia/corporate/taxes-on-corporate-income>. Acesso em: 8 fev. 2021.

PRICE WATERHOUSE (PWC). **Taxes on Corporate Income**. London: PWC, 2020b. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/united-kingdom/corporate/taxes-on-corporate-income>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PRICE WATERHOUSE (PWC). **Taxes on Personal Income – Slovak Republic**. London: PWC, 2020c. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/slovak-republic/individual/taxes-on-personal-income>. Acesso em: 8 fev. 2021.

REPUBLICAN PARTY. **A Better Way: Our Vision for a Confident America**. Washington, D. C.: Grand Old Party (GOP), 2014.

SAID, Flávia. Governo projeto mais 3 etapas da reforma tributária e quer onerar cesta básica. **Congresso em Foco**, UOL, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/ao-vivo-economia-detalha-primeira-parte-da-reforma-tributaria-do-governo/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SCHIZER, David M. Between scylla and charybdis: taxing corporations or shareholders (or both). **Columbia Law Review**, [s. l.], v. 116, n. 7, p. 1849-1814, 2016.

UK GOVERNMENT. **Tax on Dividends**. London: UKGov, 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/tax-on-dividends>. Acesso em: 10 fev. 2021.